

# História, Região e Poder: A Busca de Interfaces Metodológicas

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi\*

## Abstract

---

This article focuses on the historiography of the concepts of region and regionalism as well as recent trends in political history. It seeks to find ways to integrate these two themes, the spatial or regional and the thematic, that is, political history.

**Key Words:** political history

---

## Resumo

---

Este artigo consiste em abarcar as discussões historiográficas surgidas em torno dos conceitos de região e regionalismo, bem como abordar as recentes inovações pelas quais passou a História Política. Ao final, pretende-se buscar caminhos que possibilitem uma integração mútua entre os dois recortes, o espacial (regional) e o temático (político).

**Palavras-chave:** História Regional, História Política, Metodologia.

---

A História Regional não se constitui em um método e nem possui um corpo teórico próprio. É uma opção de recorte espacial do objeto estudado. Sua proliferação coincide com o advento da Escola dos Annales, principalmente em razão das fronteiras interdisciplinares que a referida Escola estabeleceu com a Geografia e a Demografia.

No Brasil os estudos regionais proliferaram, sobretudo, a partir da década de 70. Suas maiores expressões ocorreram majoritariamente no âmbito da História Agrária, cujos estudos tinham por pressupostos metodológicos a pesquisa empírica, realizada sobre um número expressivo

---

\* Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

de fontes seriadas, o qual só era possível de ser produzido através de um recorte espacial regional.

Para esses pesquisadores, a História Regional oferecia a possibilidade de comparação entre diferentes situações históricas, contribuindo para a produção de uma síntese, a nível macro-espacial, uma vez que cada região não poderia ser vista deslocada do todo em que se encontrava inserida. Além do mais, o recorte regional permitia o esgotamento das fontes disponíveis para a pesquisa, garantindo a veracidade dos resultados. A homogeneidade das fontes seria um outro elemento facilitador decorrente dos estudos regionais.

A História Política, da mesma forma que a História Regional, não se constitui em um método. É uma abordagem temática da História. Sua origem coincide com o próprio advento da História enquanto disciplina. Muito embora a produção de trabalhos no campo da História Política tenha diminuído com o advento da Escola dos Annales e da Escola Marxista, a pesquisa em História Política nunca deixou de ser produzida<sup>1</sup>. Porém, nos últimos anos, assiste-se a um crescimento intenso das pesquisas neste campo de conhecimento. Em função disto, os historiadores têm rotulado a atual fase como a de retorno (ou renovação) da História Política. Esta renovação foi resultante, sobretudo, das novas fronteiras interdisciplinares estabelecidas pela História com a Antropologia Política.

O objetivo deste artigo é o de propiciar um encontro entre o recorte espacial regional e a abordagem renovada da História Política. É o de apontar caminhos que facilitem os estudos de recorte regional dentro das recentes abordagens políticas. Pretendemos, em primeiro lugar, incorporar o debate historiográfico surgido a respeito da metodologia em História Regional e em segundo lugar, focar as principais *inovações* metodológicas propostas no campo da História Política. Ao final, pretendemos relacionar os dois debates enfocando de que forma a História Política renovada pode contribuir para o aprofundamento dos estudos regionais.

### 1) A História Regional e seu Debate Historiográfico

Um dos primeiros problemas com o qual se defronta o pesquisador em História Regional refere-se à definição de região. Um segundo problema, decorrente do primeiro, refere-se aos critérios definidores do espaço regional.

A Escola Marxista<sup>2</sup> teve uma contribuição importante para a solu-

<sup>1</sup> A este respeito ver HIMMELFARB, Gertrude. *The new History and the old*, CambridgeMA, Havard University Press, 1987.

<sup>2</sup> Tendo em vista o grande número de autores que trabalham com o conceito de região nas produções historiográficas marxistas no Brasil, optamos por destacar neste artigo, aqueles que se preocuparam mais em discutir o conceito e debatê-lo com outras opções de recortes espaciais.

ção de ambos os problemas. A título de exemplo, o trabalho de Silveira <sup>3</sup> tipifica bem tal contribuição. Ele é voltado para o estudo do regionalismo nordestino produzido pelas elites dominantes da Paraíba e Pernambuco, onde a autora optou por adotar uma definição de região, elaborada por Francisco Oliveira:

*"Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição". (p. 35- apud)*

Para ambos os autores, as regiões devem ser definidas pelo caráter diverso das leis de reprodução do capital e pelo caráter das relações de classe que se dão em seu interior, sem no entanto descuidar, da análise das relações existentes entre uma região e as demais.

Silveira baseou-se igualmente em Milton Santos <sup>4</sup>, em sua definição de região. Para o conhecido geógrafo, a região, em função das mudanças econômicas mundiais, marcadas sobretudo pela internacionalização do capital, deixou de existir e passou a ser uma abstração empírica. O espaço geográfico deixou de ser estático e passou a ser uma produção coletiva dos homens, cuja função era a de expressar o modo de produção em vigor. Para o autor, a região é um conceito abstrato em meio a um contexto macro, hoje conhecido como *globalizado*.

Mais ou menos na mesma linha caminharam as contribuições de Ciro Cardoso<sup>5</sup>. Para ele, o recorte regional consiste no estudo do parcial sem que se perca a noção de determinação global. Ele destaca que o recorte regional, além das vantagens citadas acima, possibilita, com maior facilidade, a adoção do recorte temporal de média ou longa duração, o qual, em contextos muito amplos, pode ser dificultado pelo grande volume de fontes.

Quanto aos critérios de delimitação do espaço regional, a abordagem de Vera Silva <sup>6</sup> nos traz importante contribuição. No entendimento da autora, a região só pode ser vista no âmbito do enfoque sistêmico. Desta

<sup>3</sup> SILVEIRA, Rosa M.G. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**, São Paulo, Moderna, 1984.

<sup>4</sup> SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**, São Paulo: Hucitec, 1978. apud

<sup>5</sup> CARDOSO, Ciro F.S. de. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. 2ed, Petrópolis: Vozes, 1982.

<sup>6</sup> SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica In: SILVA, Marcos (org.) **República em migalhas: história local e regional**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

forma, a região se constitui em um subsistema de um todo mantendo com ele interrelações. Para a autora, porém, as fronteiras regionais podem ou não coincidir com as divisões juridicamente estabelecidas, pois se ampliam ou diminuem, no decorrer do tempo, em função de ajustes de natureza política. Portanto, segundo Silva, para se delimitar uma região, não se deve levar em conta só os aspectos jurídico-administrativos, nem somente aspectos exclusivamente econômicos, mas, os de ordem social e, sobretudo, política.

Ilmar Mattos<sup>7</sup>, em seu importante trabalho sobre a História Imperial brasileira, procura igualmente ampliar a variedade de critérios para a delimitação do espaço regional. Para o autor, tais critérios não podem ser somente físicos, mas devem derivar do entrecruzamento entre as dimensões espacial e temporal. Assim sendo, o espaço regional é socialmente construído através das diferentes experiências históricas vividas por seus atores. Seus limites, antes de serem geográficos, são limites sociais.

Marcos Siva<sup>8</sup> oferece valiosa contribuição à discussão. Destaca as raízes etimológicas do termo e seus parentescos vocabulares, os quais o levam a interessantes análises. *Rex, regis, rego, regula, rectum* se associam a *dirigir, comandar, guiar, governar* etc. Segundo o autor, essas associações remetem a uma historiografia de compromissos conservadores, pré-crítica, oficiosa e provinciana, gerando contra a História Regional uma série de preconceitos. Isto não significa, em tese, que a História Regional seja, para o autor, necessariamente conservadora. Ele deixa claro que o regional é um recorte e não uma forma de escrever a História. Vê a região como um universo de práticas vivenciadas pelos diversos grupos humanos que nela se inserem, o qual engloba o relevo, as relações pessoais, a memória familiar, as condições de trabalho, a sexualidade, a associação e etc. A partir desta definição, pode-se pensar em se extrapolar limites e fronteiras de ordem administrativa, que, em geral delimitam uma região. O regional torna-se um conjunto de identidades não vinculado necessariamente aos limites formais estabelecidos.

A contribuição da antropologia, através de Pierre Bordieu<sup>9</sup>, ajudou em muito no estabelecimento de critérios de delimitação regional. Na análise da origem das divisões regionais e do comportamento regionalista de alguns grupos políticos, o autor parte do pressuposto de que o critério de divisão regional surgiu simbolicamente e foi sendo reconhecido e legitimado a posteriori.

Para Bordieu, a divisão regional não existe na realidade, pois esta mesma realidade é a representação que dela fazemos. Desta forma, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o

<sup>7</sup>MATTOS, I. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*, 2ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

<sup>8</sup>SILVA, Marcos A. A História e seus limites In:— *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia, 6-59-65, Jan-Jun, 1992.

<sup>9</sup>BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, Cap. 5

imaginário daqueles que a ela se referem. A identidade regional é, pois, um produto da construção humana. O autor caracteriza os geógrafos como impositores de uma divisão arbitrária sobre uma ordem que guarda uma continuidade natural. Esta divisão passa a ser aceita simbolicamente e a região passa a ser uma ilusão bem fundamentada (Durkheim).

Ângelo Priori<sup>10</sup> parte de pressupostos semelhantes. Afirma que, enquanto espaço territorial, a região é uma construção de geógrafos. Mas enquanto espaço social, torna-se uma construção de historiadores. De ambas as formas a região é construída em função do interesse do sujeito do conhecimento, levando-se em conta as perguntas que deseja ver respondidas pelo seu objeto. O autor não entende região como algo previamente dado, mas sim como uma construção a posteriori realizada pelo sujeito do conhecimento. No caso do historiador, a região será definida pelas relações sociais que nelas se estabelecem.

O trabalho de Jacques Revel<sup>11</sup> a respeito do estudo do regionalismo francês levou-o a buscar no léxico o que os franceses entendiam por região no Antigo Regime, escolhendo este elemento como critério definidor e delimitador do conceito de região. Concluiu que a palavra região não existia e que os vocábulos que dela se aproximavam tinham um significado confuso e abstrato, além de serem bastante numerosos. A partir de 1760, no entanto, os iluministas passaram a desvendar os contornos do que seria o regional. Mas a palavra região só seria criada em 1820. Em síntese, o autor concluiu que, até a Revolução Francesa, a visão do espaço regional variava significativamente no decorrer dos diferentes períodos da História e que em geral, as pessoas não tinham uma idéia muito definida a respeito dos contornos regionais. A Revolução trouxe à tona estas discussões e ao tentar romper com as iniciativas regionalistas em prol da centralização do Estado, acabou por definir, por si própria, os contornos dos espaços regionais.

Através desta colocações podemos distinguir duas correntes de entendimento a respeito da definição e delimitação do espaço regional. Na primeira corrente, a definição parte do objeto e não do sujeito do conhecimento. É o caso das definições dos pesquisadores que se utilizaram do instrumental marxista, a exemplo de Silveira, Milton Santos, Ciro Cardoso e Francisco Oliveira. Para eles, o que define e delimita as fronteiras regionais é o modo de produção vigente visto sob um aspecto mais amplo, o qual envolve não só as relações de produção internacionais como a própria dinâmica da luta de classes. É também o caso daqueles historiadores

<sup>10</sup> PRIORI, Ângelo. História regional e local: métodos e fontes In: *Revista Pós-História*, Assis: 1994.

<sup>11</sup> REVEL, Jacques. La région. In: — NORA, Pierre. (dir.) *Les lieux de mémoire*, Paris: Gallimard, 1992. III (1) e RAVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*, Difel e Bertrand, Lisboa, 1989, cap. 5;

que se referem ao enfoque sistêmico, a exemplo de Vera Silva. Para a autora, a região só pode ser entendida como parte de um sistema mais amplo, entendendo por sistema um conjunto de elementos econômicos, políticos e sociais interrelacionados. Por fim, é também a concepção daqueles que priorizam o enfoque cultural: Revel, Marcos Silva e Ilmar Mattos. Para eles, a região e sua delimitação se explicam pela construção social elaborada pelos atores estudados. Muito embora tais autores guardem diferenças essenciais entre si, podem ser agrupados a partir deste elemento comum em destaque.

Na *segunda* corrente, a definição do que seja região e de suas fronteiras surge das análises produzidas pelo sujeito do conhecimento. Neste campo se colocam os trabalhos de Bordieu e de Ângelo Priori. Para estes autores, a região é uma construção do sujeito, que igualmente a delimita, a partir de padrões próprios, porém fundamentados na realidade existente. Cabe lembrar, no entanto, que para os autores citados, a região é um constructo feito a posteriori.

No estudo da História Regional o historiador normalmente se defronta com a temática relativa ao regionalismo. Muitas vezes, é ele próprio o seu objeto de estudo. Em torno do regionalismo o debate também está colocado.

Para Pierre Bordieu<sup>12</sup> o regionalismo é um movimento de defesa da identidade regional construída e sua eficácia está relacionada ao poder de quem a enuncia. Se realiza através de lutas simbólicas contra regiões que se colocam como dominantes. As lutas regionais, por se relacionarem à identidade, adquire expressiva força mobilizadora. Nelas, o que está em jogo é o poder de criar e recriar identidades, ou seja, uma luta também simbólica que visa se apropriar de vantagens simbólicas. A divisão regional de poder cria estigmas. As lutas regionalistas são lutas contra esta estigmatização.

Aguillon<sup>13</sup>, em seu estudo sobre o regionalismo francês, afirma que a relação entre regionalismo e centralismo não é de oposição, mas guarda uma complexidade muito maior do que se imagina. O autor afirma que no Antigo Regime, os regionalismos coexistiam com um Estado centralizado e que a Revolução igualmente coexistiu com as diferenças regionais até sentir-se ameaçada pela onda contra-revolucionária. Só aí, seus agentes teriam conduzido o Estado rumo à centralização, através da eliminação gradual do regionalismo. Portanto, a coexistência entre regionalismo e centralização foi permanente no decorrer da História Francesa.

Jacques Revel, em seu já citado trabalho, afirma que, nos escritos produzidos a partir do século XVIII na França, pode-se perceber um regi-

<sup>12</sup>BORDIEU, P. op. cit.

<sup>13</sup> AGUILLON, P.M.. Le centre et la périphérie In:— NORA, Pierre. (dir.) *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992. III (1)

onalismo marcado por um complexo de inferioridade generalizado em relação às instituições parisienses, por parte das províncias interioranas. Os textos produzidos a respeito deste regionalismo reivindicavam a autonomia local e reafirmavam uma identidade de caráter provincial. Tais posturas políticas não podem, no entanto, ser supervalorizadas, uma vez que partiam de um grupo restrito de posição social intermediária, composto por uma elite do saber sem vinculação popular. Assim, ao contrário do era colocado, até então, pela historiografia francesa, a Revolução trouxe à tona as diferenças regionais, definindo os termos de uma nostalgia regionalista até então obnubilada.

No estudo de Silveira sobre o regionalismo nordestino brasileiro<sup>14</sup>, o regionalismo é visto como um discurso apropriado pelas classes dominantes locais como forma de se defenderem contra a hegemonia do centro-sul. Em função da crise econômica nordestina do século XIX, surgiu no nordeste o mais arraigado regionalismo brasileiro, como uma resposta à intervenção do Estado no espaço regional.

Vera Alice Silva<sup>15</sup> vê a luta regionalista como um disputa política pela obtenção de vantagens adicionais. É típica de períodos onde o federalismo predomina. Segundo a autora, o historiador tem no estudo do regionalismo um importante instrumento de definição de comportamentos políticos. Em determinados períodos históricos, a ação dos atores pode ser explicada pela defesa de interesses regionais. Mas em outros momentos, outras razões justificam o comportamento político dos grupos. Portanto no estudo do federalismo brasileiro é preciso identificar quando as elites atuam na defesa de interesses de classe e quando atuam na defesa de interesses regionais.

Acreditamos que o regionalismo, em si, define-se como um comportamento político de defesa de interesses, por atores que compartilham uma identidade historicamente construída. Ele pode ser um dos elementos que unificam e mobilizam grupos sociais nas disputas do jogo político. Tende a assumir uma face mais radical, o que implica no desejo de autonomia, podendo chegar, em casos extremos, ao desejo de separatismo, quando resultante de uma situação, em que seus atores se sentem vitimados pela quebra das regras de distribuição equitativa de vantagens. Portanto, o regionalismo existe e permanece nos diferentes contextos da História, mesmo em períodos de centralização política, se apresentando de forma encoberta por outros elementos de unificação de interesses. Mas pode ser fortalecido e tornar-se mais visível em determinadas circunstâncias, principalmente naquelas em que a disputa de bens públicos ou de poder político se baseia em critérios de distribuição regionais.

---

<sup>14</sup>SILVEIRA, M.R.G op. cit.

<sup>15</sup>SILVA, V.A.C. op. cit.

## 2- "Redescobrimo" a História Política

A partir do final da década de 70, novos rumos da investigação apontaram para significativa mudança na produção historiográfica no seio dos Annales. As novas fronteiras teóricas estabelecidas passaram a ser a antropologia, a psicologia e a crítica literária. A partir da utilização deste novo quadro teórico, as produções historiográficas passaram a adotar o recorte espacial microscópico, onde os indivíduos eram seu principais atores. A influência das obras de Foucault provocou a emergência do estudo dos arquétipos inconscientes, produzindo variadas obras acerca do imaginário dos atores sociais. Novos objetos passaram a ter a preferência do historiador, como a sexualidade, as relações de gênero, os estudos literários, os rituais e mitos, as diversas expressões culturais como as vestimentas, os odores, a habitação, e etc.

Pierre Rosanvallon<sup>16</sup> destaca, que a partir da década de 70, a política voltou a ser objeto preferencial de estudo dos historiadores. Surgiram, na França, pesquisas voltadas para a história do Partido Comunista Francês, das elites e do funcionamento do sistema político em geral. A História buscou formar uma interface com a Filosofia Política, esgotados que estavam os instrumentais teóricos propiciados pelas fronteiras estabelecidas com o saber sociológico da década de sessenta. Para o autor, o campo do político passou a ser visto, no período, *como o locus onde se articula o social e sua representação, matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete*.

Remond<sup>17</sup> irá enfatizar a importância da instância política e de sua relativa autonomia, ao afirmar que a classe política não é diretamente condicionada, em suas decisões, pelos interesses econômicos, mantendo certa margem de manobra que lhe permite tomar decisões relativamente livre de pressões corporativas. Ressalta a importância do político nos vários temas de interesse atual da pesquisa histórica, ressaltando suas vinculações com a esfera do poder.

Le Goff<sup>18</sup> afirma que a História Política não pode pretender-se autônoma e nem constituir-se enquanto a *ossatura* da História. Mas deve ser o seu núcleo. Citando Huzinka, afirma que a História Política gozará sempre de um primado por representar a morfologia das sociedades através de suas próprias divisões estruturais, como os tratados de paz, as guerras, as

<sup>16</sup> ROSANVALLON, Pierre. Pour une Histoire conceptuelle du Politique - Note de Travail Revue de synthèse: IV e S. Paris (1-2):93-105 - jan/juin-1986

<sup>17</sup> RÉMOND, René. Une histoire présente. In: RÉMOND, R. (dir) Pour une Histoire Politique, Paris: Ed. du Seuil, 1988. e REMOND, R. Por que a História Política? In:— Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Jan-Jun.1994, n. 13.P.7-19

<sup>18</sup> LE GOFF, J. A Política será ainda a Ossatura da História? In:— O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval, Lisboa, Edições 70, 1990.

revoluções, os estados, etc.

Furet igualmente destacou a importância do político:

*"o lugar do político é provavelmente o mais favorável para se perceber a história total de uma coletividade. Se você quiser compreender, por exemplo, o que caracteriza a história inglesa em contraste com a história francesa, você não deve se ater às infra-estruturas, que são bastante comparáveis. (...) Ao passo que se você comparar as idéias das culturas políticas dos dois mundos, você se verá diante de dois universos..."*<sup>19</sup>

Para o autor, a História Econômica européia é comum a todas as nações. Assim sendo, somente o comportamento político é capaz de diferenciá-las, daí a necessidade do estudo da política e de sua importância.

Além da rediscussão do status da História Política uma outra mudança surgiu nestes últimos vinte anos. A fonte escrita, sempre fundamental à História Política produzida até então, passou a ser acrescida de outras fontes. O estudo do contemporâneo trouxe, como fonte principal, a fonte oral.<sup>20</sup> Paralelamente, novas fontes alternativas foram servindo de fundamento ao trabalho dos historiadores políticos, como os mitos, os rituais, os emblemas, os símbolos, as festas políticas, as datas comemorativas e etc, tidas como formas de expressão variadas de um povo. Desta forma, caberia ao historiador a escolha de fontes mais adequadas a seu estudo, com base nos valores prevalentes em cada período estudado. *"Cada época tem o seu cerimonial político, cujo significado compete ao historiador descobrir"*.<sup>21</sup>

Com a renovação da História Política voltaram à cena as biografias, mas, igualmente renovadas, a exemplo das prosopografias.<sup>22</sup> Uma outra prerrogativa da renovação da História Política consistiu no resgate do estilo narrativo. Abandonado pelos Annales e marxistas, em proveito das análises e da quantificação, o contato interdisciplinar entre a História e a Lite-

<sup>19</sup> FURET, François. O historiador e a História: Um relato de François Furet. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1988, p. 143-161

<sup>20</sup> Para um estudo mais aprofundado do debate metodológico em torno da História Oral ver AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de M. (ors) *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: FGV, 1996.

<sup>21</sup> LE GOFF, J. op. cit. p. 221

<sup>22</sup> Para uma análise detalhada da utilização de biografias, individuais ou coletivas, ver ROUSSEAU, Isabelle. La propografía: un método idóneo para el estudio del Estado? In:— *Revista mexicana de Sociología*, México, 1989, SARACENO, Chiara. La estructura Temporal de las Biografías. In: *Historia e Fuente Oral* (2):41-49, 1989, LEVI, Giovanni. Les usages de la Biographie in:— *Annales ESC*, novembre-décembre 1989, n. 6, pp.1325-1336, BORDIEU, Pierre.. La Ilusion Biografica In: *Historia e Fuente Oral* (2):27-33, 1989 e CLOT, Yves. La otra ilusion biográfica, In:— *Historia e fuente oral* (2) 35-39, 1989.

ratura fez com que a narrativa voltasse a ser usada pelo historiador.

Para Stone<sup>23</sup>, a narrativa consiste em organizar materiais em seqüência cronológica, concentrando o conteúdo em uma única história coerente, embora envolvendo sub-tramas. Distingue-se da chamada História estrutural por ser mais descritiva e menos analítica; volta-se mais sobre o homem e menos sobre as circunstâncias; trata do particular e não do quantitativo.

Em função do citado estabelecimento de fronteiras com a antropologia, o estudo da política estendeu-se às sociedades pré-estatais, tidas até então como pré-políticas. Estendeu-se também, rumo aos valores e rituais políticos. Ganhou espaço o estudo das representações mentais.

Labourie<sup>24</sup> afirma que tais representações são resultantes de interconexões coletivas complexas, ocorridas através dos tempos, que se manifestam no presente, através de imagens que são, ao mesmo tempo, produzidas e produtoras de influências. Podem ser datadas, mas na maioria das vezes, resultam do entrecruzamento de diferentes temporalidades. Seu estudo implica em perceber qual o peso que tais representações tiveram na memória política de uma coletividade. Isto não implica em recair-se no relativismo ou no psicologismo, ou na des-realização da História, mas, tão somente, em não deixar de lado uma das dimensões mais importantes no estudo do homem político, qual seja, a do universo mental. Para o autor, o real é composto também das realidades imaginárias.

Uma das principais contribuições recentes neste campo foi o conceito de cultura política, o qual passou a ser utilizado largamente pelos politólogos americanos a partir da década de sessenta. Bernstein<sup>25</sup> define cultura política como um conjunto de comportamentos coletivos, de sistemas de representação política e de valores políticos de uma dada sociedade, podendo sua extensão variar de um período a outro da História e de um sistema político a outro.

A cultura política é composta de uma reserva de datas-chaves, de eventos simbólicos e ritos, tidos como fundadores de uma nova realidade que passam a ter valor normativo, mesmo após terem sofrido modificações instrumentais (que podem ser inclusive deformações deliberadas do real), no decorrer dos tempos. Na maior parte das vezes, entre a realidade histórica e a imagem reconstruída a posteriori, existe um grande fosso. Mas esta imagem pode configurar-se enquanto a própria realidade, na medida em que é capaz de mobilizar e acionar atores políticos concretos.

<sup>23</sup>STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. reflexões sobre uma nova velha História. *Revista de História: Dossiê História Narrativa*, Campinas: IFCH, Unicamp, 1991.

<sup>24</sup>LABOURIE, Pierre. Histoire politique et histoire des représentations mentales In: PESCHANSKI, D. POLLAK, M. et ROUSSO, H. *Histoire politique et sciences sociales*, Paris: Editions Complete, 1991.

<sup>25</sup>BERNSTEIN, Serge. L'Historien et la culture politique. *Vingtème Siècle- Revue d'Histoire*, n. 35, juil./sept. 1992.

Para o autor, o estudo da cultura política de um povo pode nos revelar preciosas informações acerca do não-dito. O povo é possuidor de uma pluralidade de culturas políticas, que revelam-se dominantes ou não em cada contexto histórico específico. Tal cultura dominante irá se revelar como consensual, assumindo valor de tradição. Sua importância reside na adesão de indivíduos que a interiorizam, fazendo com que ela se torne um dos motores de seus comportamentos políticos.

A obra de Girardet<sup>26</sup> tornou-se fundamental para o aprofundamento do estudo do imaginário político. O autor afirma que o historiador das idéias políticas possui, normalmente, uma desconfiança obstinada em relação ao imaginário, tratando tão somente de fazer um estudo das idéias produzidas pelas elites intelectuais que se tornaram sistemáticas, sem levar em conta o impacto que as mesmas tiveram sobre as pessoas no momento em que foram produzidas, nem quais leituras puderam ser feitas em torno das mesmas. Ele procurou explorar o imaginário político do povo francês, voltando-se especificamente para o estudo dos seus mitos construídos ao longo dos últimos duzentos anos e que se tornaram repetitivos e aceitos coletivamente. Para o autor, o mito forma um sistema de crenças, coerente e complexo, que surge com efervescência nos períodos de grande perturbação política. O mito político é, pois, uma deformação ou uma interpretação recusável do real. Mas possui uma função explicativa de uma sociedade pelo papel mobilizador que exerce. Muito embora o mito apareça como fluido e impreciso, polimorfo ou ambivalente, seu discurso possui uma lógica própria, capaz de ser interpretada. Caberá ao historiador a função de enquadrar o mito na evolução geral da sociedade, uma vez que as mesmas estruturas míticas podem aparecer em diferentes contextos históricos, entendendo que sua capacidade de renovação é muito lenta ou quase inexistente.

O autor, porém, deixa claro que o estudo do mito é uma das possibilidades do entendimento da dimensão política de um povo, sem exclusão das outras dimensões também fundamentais à História.

Pelo que pudemos observar, a História Política, nos últimos tempos, passou por interessantes reflexões. As mais recentes produções francesas atestam uma inegável transformação. Acontece que, no Brasil, estas mudanças não ocorreram de forma majoritária. Na análise das produções em História Política nos últimos dez anos<sup>27</sup>, pode-se perceber que os temas políticos, os recortes espaciais e temporais, as fontes utilizadas e a inserção

<sup>26</sup>GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*, São Paulo: Cia das Letras, 1987

<sup>27</sup>CAPELATO, Maria H.R. (coord.) *Produção Histórica no Brasil 85/94*, São Paulo: Cnpq/ Usp/Anpuh, 1995. Através deste levantamento não se pode avaliar a totalidade da produção em História Política, uma vez que o trabalho teve por objetivo somente abarcar a produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em História, deixando de analisar as dos cursos de Ciência Política, Filosofia Política, Sociologia Política, Antropologia Política e etc.

da instância política no contexto geral da História, permanecem fundamentados nos parâmetros da Escola dos Annales ou do Marxismo. Levando-se em consideração a importância destas análises recentes, esperamos que tais obras venham ainda a proliferar, para que seja possibilitado um melhor entendimento da vida política de nosso país.

### **3- O Encontro entre a História Política e Recorte Regional**

Em função das novas contribuições dos estudiosos em torno da metodologia da História Regional e da História Política, procuraremos, neste item, destacar quais meios o historiador pode dispor para o estudo renovado da História Política de recorte regional.

A produção em História Política Regional, na definição de critérios de divisão regional, tem normalmente se utilizado das divisões político-administrativas existentes. Na maioria das vezes, estes trabalhos prescindem de uma análise metodológica que justifique a escolha destes critérios, tomando-os por óbvios.

Ao mesmo tempo, dificilmente encontramos uma delimitação geográfica ou administrativa da região estudada, principalmente quando existem referências de sub-divisões internas de uma mesma região. Neste caso, os critérios de delimitação apresentam-se fluidos, sem uma delimitação clara e objetiva de suas fronteiras.

Um outro problema que se percebe nos trabalhos, é que a região estudada tende a vir isolada do contexto em que se insere. Poucas ou nenhuma relações são feitas com outras regiões ou com a totalidade. Podem as regiões igualmente serem vistas como um todo homogêneo, onde as semelhanças predominam em relação às diferenças, não abarcando, na realidade, a dinâmica interna de cada unidade regional.

Outro problema que se apresenta é a abordagem regionalista da região. Em geral, estudos regionais produzidos pelos próprios moradores das regiões, podem levar a um exagero de sua importância no todo, ou a considerar como definitivas, informações que podem ser perfeitamente relativizadas.

Não obstante estes problemas, os estudos regionais produzidos no Brasil têm e tiveram grande importância para o melhor entendimento da História de nosso país. Mas a partir dos avanços metodológicos decorrentes da evolução da História, algumas mudanças na forma destas abordagens podem ser implementadas.

Em meio a tantas abordagens diferenciadas, acreditamos que o espaço regional consiste em uma construção abstrata, elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ele se relacionam direta ou indiretamen-

te. É formado por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados pelos seus agentes, que conferem à região uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses.

Quanto aos critérios de delimitação do espaço regional, acreditamos que, sendo a região um *constructo* de seus agentes, suas fronteiras delimitativas são fluidas e variam em função das circunstâncias em que são delineadas. Portanto, no estudo da História Política, cabe ao historiador, na definição dos limites de seu recorte regional, se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, capaz de responder aos seus questionamentos, levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo entre eles, o que melhor se adequa aos seus objetivos de pesquisa. Tais critérios são principalmente políticos, e secundariamente econômicos, geográficos e culturais. Esta hierarquia se justifica em função de que, a ampliação ou retração dos limites regionais dependem de acordos e/ou disputas que ocorrem na esfera do poder político.

No que tange à delimitação regional, acreditamos que, além das divisões político-administrativas, outros critérios devem ser pensados como possíveis. Tendo em vista a reconhecida importância do imaginário coletivo na pesquisa histórica, cabe ao historiador da política regional levar em conta como a região era vista, sentida e percebida pelos seus habitantes no momento pesquisado. Novas fronteiras regionais podem ser então estabelecidas, a partir destes critérios.

Quanto às fontes necessárias ao estabelecimento destas fronteiras, o trabalho de Aguilhon<sup>28</sup> serve como excelente exemplo. Ele pesquisou, nos textos produzidos no período pré-revolucionário francês, como região e regionalismo eram relatados pelos escritores do período.

Mapas, relatos contidos na imprensa, referências regionais que constem de Anais do Legislativo ou em correspondências pessoais, a memória oral para períodos históricos menos recuados no tempo, podem formar um conjunto de fontes ricas para o historiador na delimitação do espaço regional a ser estudado.

A partir da diminuição do recorte espacial que encontramos nas novas pesquisas históricas produzidas, a região pode assumir um novo caráter, tendo seu recorte também reduzido, constituindo-se em uma micro-região inserida em outra maior. Esta possibilidade abre novo campo de análise para o historiador, a qual consiste em lidar com a intrincada e complexa questão relativa às relações de poder entre uma micro e uma macro região.

Quanto à utilização das biografias individuais ou coletivas, tais técnicas se enquadram perfeitamente aos estudos políticos regionais. De fato,

<sup>28</sup>AGULHON, M. op. cit.

a História Política, desde o século XIX, foi marcada pela produção de biografias e pelo uso da narrativa. A renovação das técnicas e dos estilos possibilitam, atualmente, um vasto e promissor campo de produção intelectual.

Nos estudos do regionalismo político o conceito de cultura política pode ser muito útil. É possível se estudar o regionalismo sob um novo enfoque, percebendo como foi formado e qual a sua importância no imaginário coletivo de uma população.

Através do trabalho de Girardet<sup>29</sup> pudemos perceber como os mitos franceses, por ele trabalhados, podem ser transpostos para a realidade brasileira em diferentes períodos históricos. Novos mitos construídos, próprios à realidade política brasileira, fundamentados, inclusive, em base regionais, podem ser descobertos, com o objetivo de servirem como instrumentos explicativos de variados comportamentos políticos recorrentes.

Por fim, o abandono do esquematismo falsamente marxista, que vê o político como mero reflexo das estruturas econômicas, ou que vê a região como parte moldada pelo todo, será muito benéfico à pesquisa histórica. O estudo da instância política, levando-se em conta a sua relativa autonomia e seu poder enquanto *síntese de múltiplas determinações*<sup>30</sup>, auxiliará muito o historiador em suas novas descobertas. Ao mesmo tempo, o estudo aprofundado de micro-regiões que apresentem alguns caracteres típicos que possam ser generalizados, contribuirão, certamente, para o melhor entendimento do comportamento e da organização política brasileiros.

<sup>29</sup>GIRARDET, Raoul. op.cit.

<sup>30</sup>ROSANVALLON, Pierre. op. cit.